APRENDER PARA ENSINAR: O QUE PENSAM OS PROFESSORES SOBRE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DE DUAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Nelson N\ GhalÉ [1], Sinara Neves Mota de Almeida [2]

RESUMO

O presente artigo se justifica pela atualidade e relevância do tema, pois as manifestações de violências e intolerâncias nas escolas podem se agravar por falta de intervenção diante dos conflitos que as originaram. Nosso interesse na investigação decorre por compreender que a escola deve ajudar os docentes a desenvolverem um entendimento a respeito dos valores humanos, para que estes possam interagir de forma integral, participando e contribuindo para o desenvolvimento de ações construtivas na resolução de conflitos, partimos do pressuposto de que a escola é um espaço privilegiado para a discussão de questões alusivas aos direitos humanos. Desse modo, pretende-se aqui contribuir para que os educadores reflitam sobre este campo do saber e desenvolvam possibilidades metodológicas adequadas para a educação em Direitos Humanos. No que se refere à coleta de dados, a pesquisa se configura como estudo de caso. Trabalhamos com revisão de literatura, análise de documentos, aplicação de questionários e entrevistas. Assim, espera-se, com a pesquisa, possa colaborar para a compreensão do processo de construção e o fortalecimento da Educação em Direitos Humanos junto à comunidade escolar e de respeito na instituição escolar, assim como fornecer importantes elementos para as Secretarias Municipais de Educação na reflexão de parcerias sobre a formação docente no Maciço de Baturité.

Palavras-chave:

Educação. Direitos Humanos. Formação Docente.

[1] Universidade da Intergração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN), Discente, e-mail: nelsonnghale1@gmail.com
[2] Universidade da Intergração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN), Docente, e-mail: sinaramota@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo se justifica pelo interesse de compreender que a escola deve ajudar os docentes a desenvolverem um entendimento a respeito dos valores humanos, para que estes possam interagir de forma integral, participando e contribuindo para o desenvolvimento de ações construtivas na resolução de conflitos, partimos do pressuposto de que a escola é um espaço privilegiado para a discussão de questões alusivas aos Direitos Humanos.

Os Direitos Humanos, ainda que previstos na legislação brasileira (BRASIL, 2003, 2007), sua garantia e reconhecimento ainda não são respeitados, ferindo, assim, a dignidade da pessoa. Neste contexto, sendo a escola um lugar de convivência com a diversidade, partimos do pressuposto de que a escola é um espaço privilegiado para a discussão de questões alusivas aos Direitos Humanos. A garantia desses direitos supõe a inclusão de todos, respeitando as diferenças, de modo que todos tenham efetivamente condições de acesso aos bens e serviços socialmente constituídos e que permitem a dignidade da pessoa (CARVALHO, 2009; CARVALHO, 2011; COMPARATO, 2007). Importa referir que educar em e para os Direitos Humanos e Cultura de Paz se configuram como uma ação urgente, conforme afirma Tavares (2007, p.488) a "educação em direitos humanos é o que possibilita sensibilizar e conscientizar as pessoas para a importância do respeito ao ser humano, apresentando-o na atualidade, como uma ferramenta fundamental na construção da formação cidadã, assim como na afirmação de tais direitos".

Neste sentido, o direito à educação, seja em qualquer nível de ensino, é considerado um direito humano fundamental. Contudo, para que esse direito seja protegido e efetivado, a atuação do educador é de fundamental importância. Para isso, a relação entre ensino, pesquisa e extensão, enquanto instrumentos de formação, assumem papel relevante nesse processo, considerando que é na fase acadêmica que o futuro educador adquirirá os fundamentos que solidificarão sua prática pedagógica.

METODOLOGIA

Propomos trabalhar com o estudo de caso na perspectiva das abordagens qualitativas e no contexto das situações escolares, utilizando técnicas etnográficas de observação participante, questionários e entrevistas que possibilitam reconstruir os processos e relações que configuram a experiência escolar diária (YIN, 2008; ANDRÉ, 2010).

De acordo com André (2005), o desenvolvimento do estudo de caso realiza-se em três fases: a fase exploratória - momento em que o pesquisador entra em contato com a situação a ser investigada pra definir o caso, confirmar ou não as questões iniciais, estabelecer os contatos, localizar os sujeitos e definir os procedimentos e instrumentos de coleta de dados; a fase de coleta dos dados ou de delimitação do estudo e a fase de análise sistemática dos dados, traçadas como linhas gerais para condução desse tipo de pesquisa, podendo ser em algum momento conjugada uma ou mais fase, ou até mesmo sobrepor em outros, variando de acordo com a necessidade e criatividade surgidas no desenrolar da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na contemporaneidade, é possível identificar diversos fatores que afetam de maneira negativa o ambiente escolar como por exemplos situações de violência, evasão escolar, preconceitos, violência, bullying, drogas e uma série de dificuldades que são acarretadas pela desigualdade social. O conflito é inerente às relações humanas sejam estes simples ou graves. Nesta perspectiva, os conflitos se configuram como o grande entrave no ambiente escolar. A forma como os mesmos são trabalhados podem prejudicar todo o processo, seja quando não se estabelece um objetivo claro de onde se quer chegar com a discussão ou quando as partes

envolvidas não buscam chegar a um consenso.

A característica das escolas pesquisadas não se diferencia das mais variadas espalhadas no país: espaço de salas de aulas com pouco espaço físico e ventilação limitada; ausência de quadra e área de lazer e ainda o elevado quantitativo de professores com contrato temporário.

Nas observações realizadas identificamos que o recreio é um tempo muito importante de integração dos estudantes. Das duas escolas pesquisadas apenas uma tem uma quadra de esportes, contudo precisando de reparos. Entedemos que o recreio favorece o desenvolvimento e a interação entre as crianças a partir das brincadeiras, mas com a limitação do espaço físico, fica difícil organizar estratégias para jogos e brincadeiras. Foi possível verificar que os conflitos se potencializam na hora desse intervalo, tendo em vista o tempo de ociosidade dos estudantes que muitas vezes aproveitam esse tempo para "brincar de luta", gerando muitas vezes situações de violência física. Em diálogo com os gestores as reformas dos equipamentos e melhorias dos espaços de socialização, especialmente reformas das quadras e pátios fazem parte da preocupação das gestões municipais.

Para a análise dos PPPs da escolas, partimos das premissas: define valores que pautam a educação na escola; pauta-se por princípios de inclusão; refere-se explicitamente aos Direitos Humanos; há objetivos relacionados à melhoria do espaço físico visando à acessibilidade e inclusão; há objetivos relacionados ao enfrentamento da violência.

De maneira geral, os PPPs se detêm fracamente às ações relacionadas a educação na perspectiva dos Direitos Humanos, o que nos permite refletir sobre a incorporação de novas temáticas ao currículo escolar, pois é tímida a presença do ensino de história afro-brasileira e indígena e a inserção de temáticas relacionadas à cultura de paz. A reflexão e a discussão sobre tais temas apresentam-se como uma necessidade da comunidade escolar, pois não se trata apenas de cumprir legislações, pelo contrário, para modificar-se algo é necessário que as pessoas tenham consciência sobre aquilo que se pretende e acreditem que a mudança é necessária e possível.

Vale destacar que essas ações não devem ser cumpridas de maneira impositiva, pois para mudar é preciso desejar, compreender e conhecer estes temas pois muitas vezes não é percebido por falta de conhecimento sobre o assunto.

A partir das entrevistas aos professores identificamos a fragilidade da formação inicial, 100% dos docentes destacaram que nunca estudaram os temas Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão na Universidade.

Depois das entrevistas com os professores, realizamos um questionário sobre as ações desenvolvidas pelas escolas e a principais dificuldades como docente. Os questionários foram divididos em duas etapas: a primeira se referiu a identificação do entrevistado e a segunda a respeito da compreensão e da formação sobre a temática da pesquisa. No final do questionário solicitamos que escrevessem sobre a importância da parceria escola e universidade.

Sobre o perfil identificação, 100% dos professores possuem cursos de graduação; 100% possuem cursos de especialização; 71,4% são professores temporários; 28,6% são efetivos. Os dados evidenciam a necessidade de concursos públicos e valorização da carreira docente.

A respeito de formações em Direitos Humanos e Cultura de Paz, os docentes relataram sobre a importância de cursos de formação continuada e que os currículos escolares possam oportunizar a discussão dessa temática. Além disso que as formações possam ir além de conteúdos conceituais de forma a propor a reflexão sobre valores e atitudes, uma vez a Direitos Humanos não trata apenas de conhecimento ou informações a serem transmitidos aos estudantes, trata-se antes de tudo de construir uma cultura que possibilite um modo de vida na escola no qual se vivenciem os direitos no dia a dia.

Referente a questão "O que você entende por Direitos Humanos?", cujo objetivo era compreender do ponto

de vista ou entendimento sobre o assunto, eles responderam:

“São leis que protegem e garantem a integridade de ser humano sejam elas nos aspetos que dizem respeito a sobrevivência humana no essencial a vida condições básicas para que possa ter o mínimo de dignidade. Os direitos, também nos protegem de julgamento violento do outrem" (professor 8).

"É um direito que todos nós seres humanos temos perante a sociedade. Ou seja, a nossa liberdade de puder se expressar; nossa forma de pensar e que todos somos iguais diante da lei mesmo agindo ou pensando diferente de algumas pessoas" (professor 10).

"Os direitos humanos estão associados a prática da igualdade, onde todos possuem direitos as condições ou benefícios que viabilizam o bem-estar aos seres humanos" (professor 13).

As observações nas escolas mostrou-nos condutas contraditórias a maioria das respostas destacadas nos questionários. Para citar apenas dois exemplos, presenciamos em uma escola, um professor associar os Direitos Humanos a um fala saudosista “da ordem dos bons tempos da ditadura militar”; em outra, professor relatando que os Direitos Humanos só serviam para "proteger bandidos".

Na era da informação, a formação do sujeito favorece a “apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos; a afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos; a formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivos, sociais, éticos e políticos; o desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva; o fortalecimento de práticas individuais e sociais geradoras de ações e instrumentos a favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, assim como da reparação de suas violações” (BRASIL, 2008, p. 25).

Pensar na contribuição que Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) pode dar para as escolas dos municípios, escreveram:

“A UNILAB pode estar dentro das escolas com seus profissionais trazendo a teoria de melhoria para a escola. Já a escola pode estar fazendo a prática das teorias tragas” (professor 02).

“Como universitária muitas vezes vejo a UNILAB, como uma base teórica, e como professora percebo que a teoria que lá apreendo não é o suficiente para ser um bom professor. Por isso, concluo tendo certeza que tanto a Universidade quando a escola tem papéis particulares para uma, boa contribuição no aprendizado, o diálogo e a parceria são de suma importância” (professor 05).

“As escolas podem mostrar as necessidades sociais que os sujeitos em tornos escolares necessitam. E a UNILAB como órgão federal poderá ser o local programático para o desenvolvimento de ações que possam solucionar esses conflitos sociais refletidos na escola e nos alunos” (professor 06).

“Acredito que a UNILAB, enquanto instituição de desenvolvimento intelectual do ser, ela pode ajudar as escolas na fragmentação de conhecimento sobre o que seja o como devemos agir em relação aos conflitos, que em muitas das vezes a escola, por si só, não está preparada. A escola por sua vez pode contribuir como campo de pesquisa. Campo experimentacional para que a UNILAB, possa compreender a sua atuação” (professor 08).

“A UNILAB pode junto aos estudantes levar para dentro das escolas programas que irão auxiliar na construção dos estudantes como seres humanos dignos de caráter e puder transforma-los em pessoais de bem. E a escola daí proporcionar a Unilab a oportunidade de puder expandir todas a suas competências com os docentes que estão se formando e desde cada um tem a oportunidade de estar inserindo na escola” (professor 10).

É evidente o papel de importância da UNILAB na região do Maciço de Baturité, e com a experiência dessa pesquisa para um aluno internacional da Guiné Bissau, na atuação como bolsista, foi um desafio e de igual modo uma excelente experiência formativa na temática em tela.

Com base nas concepções de Freire (2003), a educação deve ser uma prática humanizadora, que possibilita ao educando desenvolver, além de suas habilidades intelectuais, seu pensamento crítico/social, sua moral, sua cidadania. A instituição escolar precisa fornecer aos discentes um ambiente acolhedor das diferenças, atentando-se para o fim das desigualdades, propiciando um espaço inclusivo em que os alunos aprendam a conviver e a respeitar as diferenças. Portanto, diagnosticar um problema é investigar os meios para identificar a queixa da escola em relação às suas dificuldades.

CONCLUSÕES

A implementação dos Direitos Humanos através da educação é dever de todos os cidadãos e governo. Neste sentido deve proporcionar os princípios éticos fundamentais, conduzindo as ações das gerações presentes e futuras, em busca da reconstrução dos Direitos Humanos e da cidadania em nosso país.

Assim, espera-se, que os resultados dessa pesquisa, possa colaborar para a compreensão do processo de construção e o fortalecimento da Educação em Direitos Humanos junto à comunidade escolar e de respeito na instituição escolar, assim como fornecer importantes elementos para as Secretarias Municipais de Educação na reflexão de parcerias sobre a formação docente no Maciço de Baturité.

AGRADECIMENTOS

Registro a minha gratidão à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), pelo financiamento da pesquisa durante doze (12) meses. Esse financiamento serviu de grande suporte na realização de atividades durante a pesquisa. Agradeço a minha orientadora Profª. Drª. Sinara Motas Neves de Almeida, quem sempre acompanhou de perto o desenvolvimento das atividades.

Estendo os meus agradecimentos aos professores, alunos e servidores técnicos da escola Padre António Crisóstomo do Vale e Maria Augusta Russo dos Santos, vocês são especiais. E, sem esquecer os professores formadores da Secretaria Municipal de Educação de Acarape e Redenção, pelo momento vivido e registrado, obrigado!

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? In Revista da FAEEBA Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

BOGDAN R. & BIKLEN, S. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

CANDAU, V; SACAVINO, S. Educação em Direitos Humanos e formação de educadores. In: Educação. Porto Alegre, v. 36, n.1 p. 59-66, jan./abr. 2013.

CARVALHO, M. E. (Org.). História, educação e direitos humanos. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

_____. Educação e Direitos Humanos: estudos e experiência. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009

COMPARATO, F. K. A afirmação histórica dos diretos humanos. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996. GADOTTI, M. Boniteza de um sonho: Ensinar-e-aprender com sentido. São Paulo: Grubhas, 2003.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, E. M. A. Professor como pesquisador: o enfoque da pesquisa-ação na prática docente. In: GERALDI, C. M. G; FIORENTINI, D; PEREIRA, E. M. A (orgs). Cartografia da prática docente. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SALES, L. M. M. Educação em Direitos humanos. Fortaleza: expressão gráfica e Editora, 2017. p. 15-41, 159-172, 177-190 e de 193-212.

TAVARES. C. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. DIAS, Adelaide Alves. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Et all. **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.